

AprovaCON Carreira

# Guia High-Yield Magistratura — Questões de Prova Real

Questões de prova real, espelho de resposta, jurisprudência e pegadinhas de magistratura.

## Referência rápida de resposta de magistratura

**1 TESE**

Diga a solução antes de citar artigo

**2 FUNDAMENTO**

Constituição, lei, precedente e exceção

**3 DISTINÇÃO**

Explique por que o caso não é OAB

**4 CONSEQUÊNCIA**

Nulidade, improcedência, modulação, tutela ou prova

**5 CONTROLE**

Fundamentação verificável e proporcionalidade

Edição flagship — linha comercial AprovaPRO

## Sumário executivo

Este guia foi construído para candidato que já sabe direito e precisa responder como juiz. A lógica de cada bloco é decisória: tese, fundamento, exceção, precedente e consequência. Não é coleção de resumos; é treino de prova em nível de banca.

01	Constitucional	Controle de constitucionalidade e modulação de efeitos
02	Civil	Contratos, boa-fé objetiva e família patrimonial
03	Processo Civil	Competência, cognição judicial e precedentes obrigatórios
04	Penal e Processo Penal	Garantias penais, cadeia de custódia e prisão cautelar
05	Administrativo	Responsabilidade do Estado, servidores e improbidade
06	Tributário	Competência, imunidades, anterioridade e execução fiscal
07	Trabalhista	Terceirização, vínculo, dano moral coletivo e competência
08	Empresarial	Recuperação judicial, desconsideração e títulos de crédito
09	Internacional Privado	Jurisdição brasileira, homologação e lei aplicável
10	Filosofia e Teoria do Direito	Princípios, regras, ponderação e integridade decisória
11	Ética da Magistratura	Dever de imparcialidade, produtividade e conduta pública
12	Direitos Humanos	Controle de convencionalidade, audiência de custódia e vulneráveis

Dissertativa	Abrir com tese e consequência	Começar citando artigo sem decidir
Jurisprudência	Usar precedente como razão	Jogar número de tema sem explicar
Objetiva	Separar regra, exceção e pegadinha	Marcar alternativa de OAB em prova de juiz

## Matriz de véspera TJ/TRF/CNJ

A tabela abaixo é a página de aquecimento. Use antes de simulado para impedir a resposta rasa. Magistratura cobra a mesma matéria das carreiras básicas, mas com outra régua: fundamentação, exceção, precedente e consequência institucional.

Controle de constitucionalidade	Lei inconstitucional não vale	Competência, reserva de plenário, efeitos e modulação
Processo Civil	Cabe agravo ou apelação	Cognição, contraditório, precedente e fundamentação
Penal	Flagrante permite preventiva	Cautelaridade concreta, prova lícita e cadeia de custódia
Administrativo	Estado responde objetivamente	Nexo, omissão, regresso e elemento subjetivo
Direitos Humanos	Tratado protege vulneráveis	Hierarquia, convencionalidade e providência judicial

## Questão impossível: gabarito parcial

Caso integrado: juiz recebe ação coletiva sobre revista vexatória em presídio, prova obtida em celular sem cadeia de custódia, pedido de indenização contra o Estado e alegação de incompatibilidade de lei estadual com tratado de direitos humanos. Gabarito parcial: se você começou por indenização, faltou controle de prova; se começou por tratado, faltou cadeia de custódia; se começou por nulidade, faltou responsabilidade estatal. A trilha adaptativa inteligente mede qual camada

p.3 tese: converta anterioridade em comando judicial verificável; p.3 fonte: conecte imunidade ao fato decisivo do enunciado; p.3 consequência: escolha CDA sem resposta abstrata; p.3 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.3 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.3 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.3 banca: se anterioridade aparecer com CDA, procure a pegadinha no limite da decisão; p.3 prova oral: explique imunidade em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

# Bloco 01 — Controle de constitucionalidade e modulação de efeitos

## Área: Constitucional

### Questão dissertativa de referência

Em concurso para juiz substituto, a banca apresenta lei estadual que concede benefício fiscal sem convênio e pergunta se o magistrado pode afastá-la incidentalmente em ação individual, quais limites há para modulação de efeitos e como diferenciar controle difuso de controle concentrado.

### Esquema de resposta ideal

O juiz pode exercer controle difuso no caso concreto, desde que respeite reserva de plenário quando atuar em órgão colegiado e fundamente a incompatibilidade constitucional. A modulação é técnica excepcional vinculada a segurança jurídica ou excepcional interesse social, típica do controle concentrado pelo STF, mas a lógica de preservação de efeitos pode aparecer em debate de precedentes e estabilidade institucional.

### Exceções e limites

Não se confunde não recepção com declaração de inconstitucionalidade; não se aplica reserva de plenário a interpretação conforme sem redução de texto quando não há afastamento frontal; e juiz singular não modula efeitos como se fosse tribunal constitucional.

### Tabela de jurisprudência

STF Súmula Vinculante 10	Reserva de plenário e vedação ao afastamento disfarçado de lei por órgão fracionário
STF ADI 2.258	Modulação como técnica excepcional ligada à segurança

p.4 tese: converta recuperação judicial em comando judicial verificável; p.4 fonte: conecte alienação fiduciária ao fato decisivo do enunciado; p.4 consequência: escolha desconsideração sem resposta abstrata; p.4 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.4 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.4 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.4 banca: se recuperação judicial aparecer com desconsideração, procure a pegadinha no limite da decisão; p.4 prova oral: explique alienação fiduciária em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

Resposta de OAB costuma dizer apenas 'lei inconstitucional não vale'.

Resposta de magistratura precisa separar competência do juiz singular, reserva de plenário, eficácia inter partes, papel do STF e estabilidade dos efeitos.

### Questão objetiva estilo TJ

Em apelação, câmara de tribunal afasta aplicação de lei municipal por incompatibilidade com a Constituição sem remeter ao órgão especial. A decisão:

- A. é válida, pois todo órgão judicial pode declarar inconstitucionalidade sem limitação interna.
- B. viola a reserva de plenário quando há afastamento da lei por fundamento constitucional.
- C. é válida se a decisão disser que apenas interpretou a lei, ainda que tenha retirado sua incidência por completo.
- D. exige sempre ação direta de inconstitucionalidade antes de qualquer julgamento individual.
- E. produz efeito vinculante nacional imediato.

### Gabarito comentado

B. Órgão fracionário não pode afastar lei por fundamento constitucional sem observar o art. 97 da Constituição e a SV 10.

### Box IRT

Conceito	Reconhece o instituto central de Constitucional
Exceção	Não aplica regra de modo automático

p.5 tese: converta ponderação em comando judicial verificável; p.5 fonte: conecte integridade ao fato decisivo do enunciado; p.5 consequência: escolha fundamentação controlável sem resposta abstrata; p.5 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.5 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.5 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.5 banca: se ponderação aparecer com fundamentação controlável, procure a pegadinha no limite da decisão; p.5 prova oral: explique integridade em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

que concede benefício fiscal sem convênio e pergunta se o magistrado pode afastá-la incidentalmente em ação individual, quais limites há para modulação de efeitos e como diferenciar controle difuso de controle concentrado. Em Controle de constitucionalidade e modulação de efeitos, a narrativa precisa virar comando jurisdicional: decisão adotada, fundamento determinante, limite da atuação judicial e consequência compatível com o pedido. A tese operacional é: O juiz pode exercer controle difuso no caso concreto, desde que respeite reserva de plenário quando atuar em órgão colegiado e fundamente a incompatibilidade constitucional. A modulação é técnica excepcional vinculada a segurança jurídica ou excepcional interesse social, típica do controle concentrado pelo STF, mas a lógica de preservação de efeitos pode aparecer em debate de precedentes e estabilidade institucional.

O espelho de correção de Controle de constitucionalidade e modulação de efeitos deve reservar espaço para a objeção forte. Aqui, a objeção aparece nas exceções: Não se confunde não recepção com declaração de inconstitucionalidade; não se aplica reserva de plenário a interpretação conforme sem redução de texto quando não há afastamento frontal; e juiz singular não modula efeitos como se fosse tribunal constitucional. Para o bloco 01, antecipe a tensão sem transformar exceção em regra. O avaliador quer prudência decisória, não coragem retórica sem consequência.

A primeira fonte de prova neste bloco é STF Súmula Vinculante 10: Reserva de plenário e vedação ao afastamento disfarçado de lei por órgão fracionário. A segunda camada é STF ADI 2.258: Modulação como técnica excepcional ligada à segurança jurídica. Em dissertação de Constitucional, cite essas fontes como razões de decidir e conecte cada uma ao fato do enunciado que ativa sua aplicação.

A jurisprudência complementar de Controle de constitucionalidade e modulação de efeitos aparece em STF Tema 490, CF art. 97 e Lei 9.868/1999 art. 27. Para o bloco 01, use essas referências para diferenciar regra geral, técnica processual e limite institucional. Se houver atrito entre

elas em Constitucional, distinga suporte fático, hierarquia, efeito vinculante e momento de aplicação no caso narrado.

A pegadinha central do bloco 01 é esta: Resposta de OAB costuma dizer apenas 'lei inconstitucional não vale'. Resposta de magistratura precisa separar competência do juiz singular, reserva de plenário, eficácia inter partes, papel do STF e estabilidade dos efeitos. Transforme a pegadinha de Controle de constitucionalidade e modulação de efeitos em decisão: identifique o erro provável, formule a pergunta judicial correta e escolha a consequência própria de Constitucional, como controle de validade, reparação, competência, tutela, improcedência ou preservação motivada.

Na questão objetiva, a alternativa correta decorre desta razão: B. Órgão fracionário não pode afastar lei por fundamento constitucional sem observar o art. 97 da Constituição e a SV 10. As demais opções servem para mapear camadas de erro no bloco 01. Em Controle de constitucionalidade e modulação de efeitos, o distrator mais perigoso costuma preservar uma palavra verdadeira e deslocar a consequência. A trilha adaptativa inteligente usa essa diferença para saber se o candidato errou conceito, exceção ou aplicação.

Treino ativo de Constitucional no bloco 01: produza uma ementa própria para Controle de constitucionalidade e modulação de efeitos. A ementa deve mencionar o fato que aciona o instituto, a tese adotada, a fonte de maior peso em STF Súmula Vinculante 10 e o comando judicial final. Depois redija resposta discursiva preservando a exceção mais provável para este tema.

Recorte de sentença do bloco 01: imagine Controle de constitucionalidade e modulação de efeitos concluso para julgamento. O relatório de Constitucional deve selecionar apenas fatos com relevância jurídica: Em concurso para juiz substituto, a banca apresenta lei estadual que concede benefício fiscal sem convênio e pergunta se o magistrado pode afastá-la incidentalmente em ação individual, quais limites há para modulação de efeitos e como diferenciar controle difuso de controle concentrado. Na fundamentação deste tema, evite reconstruir toda a teoria do instituto. Use

a teoria apenas na medida necessária para justificar a consequência.

Recurso provável no bloco 01: depois da sentença sobre Controle de constitucionalidade e modulação de efeitos, a parte vencida atacaria o ponto frágil da fundamentação. Se o fundamento ignorou STF Súmula Vinculante 10, alegaria violação da fonte principal; se ignorou STF ADI 2.258, sustentaria distinção mal feita; se não enfrentou STF Tema 490, apontaria omissão relevante.

## **Bloco 02 — Contratos, boa-fé objetiva e família patrimonial**

**Área: Civil**

### **Questão dissertativa de referência**

A banca descreve contrato de compra de imóvel com atraso relevante, cláusula penal elevada, promessa de tolerância informal e posterior divórcio em que uma das partes busca partilha de valorização patrimonial. Pede solução fundamentada.

### **Esquema de resposta ideal**

A resposta ideal trata boa-fé objetiva como norma de conduta, não como sentimento de justiça. Em contratos, controla comportamento contraditório, dever de informação e abuso de posição. Na família patrimonial, separa regime de bens, esforço comum presumido ou não e comunicabilidade da valorização conforme origem do bem e momento da aquisição.

### **Exceções e limites**

Cláusula penal pode ser reduzida equitativamente; inadimplemento

p.8 tese: converta cadeia de custódia em comando judicial verificável; p.8 fonte: conecte preventiva concreta ao fato decisivo do enunciado; p.8 consequência: escolha busca domiciliar sem resposta abstrata; p.8 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.8 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.8 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.8 banca: se cadeia de custódia aparecer com busca domiciliar, procure a pegadinha no limite da decisão; p.8 prova oral: explique preventiva concreta em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

CC arts. 113, 187 e 422	Boa-fé objetiva, interpretação e abuso de direito
CC art. 413	Redução equitativa de cláusula penal
STJ Súmula 380	Sociedade de fato e esforço comum em contexto histórico específico
STJ EREsp 1.623.858	Debate sobre comunicabilidade e esforço comum em regime de bens
CC arts. 1.658 a 1.666	Comunhão parcial e bens comunicáveis

### Pegadinha de magistratura

Candidato de OAB tende a responder com frase genérica sobre função social. Magistratura exige consequência: reduzir penalidade, reconhecer supressão, afastar enriquecimento sem causa ou delimitar partilha.

### Questão objetiva estilo TJ

Sobre boa-fé objetiva em contrato civil, assinale a correta.

- A. Atua apenas como regra moral sem consequência jurídica autônoma.
- B. Pode gerar deveres anexos e controlar comportamento contraditório.
- C. Elimina automaticamente qualquer cláusula penal pactuada.
- D. Só se aplica a contratos de consumo.
- E. Impede sempre a resolução contratual por inadimplemento.

### Gabarito comentado

B. Boa-fé objetiva cria deveres de conduta e pode limitar exercício abusivo de posições jurídicas.

### Box IRT

p.9 tese: converta anterioridade em comando judicial verificável; p.9 fonte: conecte imunidade ao fato decisivo do enunciado; p.9 consequência: escolha CDA sem resposta abstrata; p.9 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.9 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.9 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.9 banca: se anterioridade aparecer com CDA, procure a pegadinha no limite da decisão; p.9 prova oral: explique imunidade em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

No bloco 02 de Civil, a peça dissertativa nasce deste problema concreto: A banca descreve contrato de compra de imóvel com atraso relevante, cláusula penal elevada, promessa de tolerância informal e posterior divórcio em que uma das partes busca partilha de valorização patrimonial. Pede solução fundamentada. Em Contratos, boa-fé objetiva e família patrimonial, a narrativa precisa virar comando jurisdicional: decisão adotada, fundamento determinante, limite da atuação judicial e consequência compatível com o pedido. A tese operacional é: A resposta ideal trata boa-fé objetiva como norma de conduta, não como sentimento de justiça. Em contratos, controla comportamento contraditório, dever de informação e abuso de posição. Na família patrimonial, separa regime de bens, esforço comum presumido ou não e comunicabilidade da valorização conforme origem do bem e momento da aquisição.

O espelho de correção de Contratos, boa-fé objetiva e família patrimonial deve reservar espaço para a objeção forte. Aqui, a objeção aparece nas exceções: Cláusula penal pode ser reduzida equitativamente; inadimplemento essencial autoriza resolução; valorização passiva de bem particular não se confunde com fruto ou aquisição onerosa comum; e tolerância reiterada pode alterar expectativa legítima sem apagar o texto contratual. Para o bloco 02, antecipe a tensão sem transformar exceção em regra. O avaliador quer prudência decisória, não coragem retórica sem consequência.

A primeira fonte de prova neste bloco é CC arts. 113, 187 e 422: Boa-fé objetiva, interpretação e abuso de direito. A segunda camada é CC art. 413: Redução equitativa de cláusula penal. Em dissertação de Civil, cite essas fontes como razões de decidir e conecte cada uma ao fato do enunciado que ativa sua aplicação.

A jurisprudência complementar de Contratos, boa-fé objetiva e família patrimonial aparece em STJ Súmula 380, STJ EREsp 1.623.858 e CC arts. 1.658 a 1.666. Para o bloco 02, use essas referências para diferenciar regra geral, técnica processual e limite institucional. Se houver atrito entre elas em Civil, distinga suporte fático, hierarquia, efeito

vinculante e momento de aplicação no caso narrado.

A pegadinha central do bloco 02 é esta: Candidato de OAB tende a responder com frase genérica sobre função social. Magistratura exige consequência: reduzir penalidade, reconhecer supressão, afastar enriquecimento sem causa ou delimitar partilha. Transforme a pegadinha de Contratos, boa-fé objetiva e família patrimonial em decisão: identifique o erro provável, formule a pergunta judicial correta e escolha a consequência própria de Civil, como controle de validade, reparação, competência, tutela, improcedência ou preservação motivada.

Na questão objetiva, a alternativa correta decorre desta razão: B. Boa-fé objetiva cria deveres de conduta e pode limitar exercício abusivo de posições jurídicas. As demais opções servem para mapear camadas de erro no bloco 02. Em Contratos, boa-fé objetiva e família patrimonial, o distrator mais perigoso costuma preservar uma palavra verdadeira e deslocar a consequência. A trilha adaptativa inteligente usa essa diferença para saber se o candidato errou conceito, exceção ou aplicação.

Treino ativo de Civil no bloco 02: produza uma ementa própria para Contratos, boa-fé objetiva e família patrimonial. A ementa deve mencionar o fato que aciona o instituto, a tese adotada, a fonte de maior peso em CC arts. 113, 187 e 422 e o comando judicial final. Depois redija resposta discursiva preservando a exceção mais provável para este tema.

Recorte de sentença do bloco 02: imagine Contratos, boa-fé objetiva e família patrimonial concluso para julgamento. O relatório de Civil deve selecionar apenas fatos com relevância jurídica: A banca descreve contrato de compra de imóvel com atraso relevante, cláusula penal elevada, promessa de tolerância informal e posterior divórcio em que uma das partes busca partilha de valorização patrimonial. Pede solução fundamentada. Na fundamentação deste tema, evite reconstruir toda a teoria do instituto. Use a teoria apenas na medida necessária para justificar a consequência.

Recurso provável no bloco 02: depois da sentença sobre Contratos, boa-fé objetiva e família patrimonial, a parte vencida atacaria o ponto frágil da fundamentação. Se o fundamento ignorou CC arts. 113, 187 e 422, alegaria violação da fonte principal; se ignorou CC art. 413, sustentaria distinção mal feita; se não enfrentou STJ Súmula 380, apontaria omissão relevante.

## Bloco 03 — Competência, cognição judicial e precedentes obrigatórios

### Área: Processo Civil

#### Questão dissertativa de referência

A prova narra ação coletiva com reflexos individuais, decisão liminar em plantão, alegação de incompetência absoluta e precedente vinculante ignorado pelo juízo. Pede providências do magistrado e fundamentação da decisão.

#### Esquema de resposta ideal

A resposta deve partir da competência como pressuposto de validade e da cognição como método de estabilização da decisão. O juiz deve verificar competência absoluta de ofício, preservar contraditório substancial, enfrentar precedentes obrigatórios e demonstrar distinção ou superação quando não os aplicar.

#### Exceções e limites

Competência relativa preclui se não arguida; incompetência absoluta não autoriza surpresa decisória sem contraditório; precedentes não dispensam análise do caso; e tutela provisória exige probabilidade do direito, perigo e proporcionalidade.

p.12 tese: converta convencionalidade em comando judicial verificável; p.12 fonte: conecte custódia ao fato decisivo do enunciado; p.12 consequência: escolha vulnerabilidade sem resposta abstrata; p.12 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.12 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.12 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.12 banca: se convencionalidade aparecer com vulnerabilidade, procure a pegadinha no limite da decisão; p.12 prova oral: explique custódia em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

CPC arts. 64 e 65	Competência absoluta e relativa
STJ Tema 988	Taxatividade mitigada do agravo de instrumento

### Pegadinha de magistratura

Resposta de OAB identifica o recurso. Resposta de magistratura explica a rota decisória: competência, contraditório, cognição, ônus argumentativo e estabilidade do precedente.

### Questão objetiva estilo TJ

Ao decidir contra precedente obrigatório sem explicar distinção ou superação, o magistrado:

- A. decide validamente porque independência judicial afasta precedentes.
- B. viola dever de fundamentação qualificada previsto no CPC.
- C. só comete erro se houver má-fé comprovada.
- D. torna a decisão inexistente, sem necessidade de recurso.
- E. converte precedente em lei ordinária.

### Gabarito comentado

B. O CPC exige enfrentamento dos precedentes aplicáveis e justificativa para distinção ou superação.

### Box IRT

Conceito	Reconhece o instituto central de Processo Civil
Exceção	Não aplica regra de modo automático
Precedente	Sabe quando a jurisprudência muda a consequência
Decisão	Transforma fundamento em providência judicial

p.13 tese: converta boa-fé objetiva em comando judicial verificável; p.13 fonte: conecte cláusula penal ao fato decisivo do enunciado; p.13 consequência: escolha regime de bens sem resposta abstrata; p.13 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.13 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.13 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.13 banca: se boa-fé objetiva aparecer com regime de bens, procure a pegadinha no limite da decisão; p.13 prova oral: explique cláusula penal em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

fundamentação da decisão. Em Competência, cognição judicial e precedentes obrigatórios, a narrativa precisa virar comando jurisdicional: decisão adotada, fundamento determinante, limite da atuação judicial e consequência compatível com o pedido. A tese operacional é: A resposta deve partir da competência como pressuposto de validade e da cognição como método de estabilização da decisão. O juiz deve verificar competência absoluta de ofício, preservar contraditório substancial, enfrentar precedentes obrigatórios e demonstrar distinção ou superação quando não os aplicar.

O espelho de correção de Competência, cognição judicial e precedentes obrigatórios deve reservar espaço para a objeção forte. Aqui, a objeção aparece nas exceções: Competência relativa preclui se não arguida; incompetência absoluta não autoriza surpresa decisória sem contraditório; precedentes não dispensam análise do caso; e tutela provisória exige probabilidade do direito, perigo e proporcionalidade. Para o bloco 03, antecipe a tensão sem transformar exceção em regra. O avaliador quer prudência decisória, não coragem retórica sem consequência.

A primeira fonte de prova neste bloco é CPC art. 10: Vedação à decisão surpresa. A segunda camada é CPC art. 489 §1º: Fundamentação adequada e enfrentamento de argumentos. Em dissertação de Processo Civil, cite essas fontes como razões de decidir e conecte cada uma ao fato do enunciado que ativa sua aplicação.

A jurisprudência complementar de Competência, cognição judicial e precedentes obrigatórios aparece em CPC art. 927, CPC arts. 64 e 65 e STJ Tema 988. Para o bloco 03, use essas referências para diferenciar regra geral, técnica processual e limite institucional. Se houver atrito entre elas em Processo Civil, distinga suporte fático, hierarquia, efeito vinculante e momento de aplicação no caso narrado.

A pegadinha central do bloco 03 é esta: Resposta de OAB identifica o recurso. Resposta de magistratura explica a rota decisória: competência, contraditório, cognição, ônus argumentativo e estabilidade do precedente. Transforme a pegadinha de Competência, cognição judicial e precedentes

obrigatórios em decisão: identifique o erro provável, formule a pergunta judicial correta e escolha a consequência própria de Processo Civil, como controle de validade, reparação, competência, tutela, improcedência ou preservação motivada.

Na questão objetiva, a alternativa correta decorre desta razão: B. O CPC exige enfrentamento dos precedentes aplicáveis e justificativa para distinção ou superação. As demais opções servem para mapear camadas de erro no bloco 03. Em Competência, cognição judicial e precedentes obrigatórios, o distrator mais perigoso costuma preservar uma palavra verdadeira e deslocar a consequência. A trilha adaptativa inteligente usa essa diferença para saber se o candidato errou conceito, exceção ou aplicação.

Treino ativo de Processo Civil no bloco 03: produza uma ementa própria para Competência, cognição judicial e precedentes obrigatórios. A ementa deve mencionar o fato que aciona o instituto, a tese adotada, a fonte de maior peso em CPC art. 10 e o comando judicial final. Depois redija resposta discursiva preservando a exceção mais provável para este tema.

Recorte de sentença do bloco 03: imagine Competência, cognição judicial e precedentes obrigatórios concluso para julgamento. O relatório de Processo Civil deve selecionar apenas fatos com relevância jurídica: A prova narra ação coletiva com reflexos individuais, decisão liminar em plantão, alegação de incompetência absoluta e precedente vinculante ignorado pelo juízo. Pede providências do magistrado e fundamentação da decisão. Na fundamentação deste tema, evite reconstruir toda a teoria do instituto. Use a teoria apenas na medida necessária para justificar a consequência.

Recurso provável no bloco 03: depois da sentença sobre Competência, cognição judicial e precedentes obrigatórios, a parte vencida atacaria o ponto frágil da fundamentação. Se o fundamento ignorou CPC art. 10, alegaria violação da fonte principal; se ignorou CPC art. 489 §1º, sustentaria distinção mal feita; se não enfrentou CPC art. 927, apontaria omissão relevante.

## Bloco 04 — Garantias penais, cadeia de custódia e prisão cautelar

### Área: Penal e Processo Penal

#### Questão dissertativa de referência

Caso de tráfico e associação traz busca domiciliar noturna, confissão informal, celular apreendido sem documentação da cadeia de custódia e conversão automática de flagrante em preventiva.

#### Esquema de resposta ideal

A resposta ideal separa justa causa, prova lícita, nulidade com prejuízo e cautelaridade. Prisão preventiva exige fundamento concreto e contemporâneo; busca domiciliar precisa justa causa prévia; cadeia de custódia protege rastreabilidade da prova; e confissão informal não substitui prova submetida ao contraditório.

#### Exceções e limites

Crime permanente não autoriza ingresso domiciliar por intuição; nulidade probatória exige análise de relevância e prejuízo; preventiva não é antecipação de pena; e gravidade abstrata do delito não basta.

#### Tabela de jurisprudência

CPP arts. 158-A a 158-F	Cadeia de custódia
CPP arts. 312 e 315	Fundamentação da prisão preventiva
STF Tema 280	Inviolabilidade domiciliar e justa causa
STJ HC 598.051	Parâmetros para ingresso domiciliar em tráfico
CPP art. 155	Livre convencimento motivado e prova judicializada

p.16 tese: converta recuperação judicial em comando judicial verificável; p.16 fonte: conecte alienação fiduciária ao fato decisivo do enunciado; p.16 consequência: escolha desconsideração sem resposta abstrata; p.16 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.16 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.16 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.16 banca: se recuperação judicial aparecer com desconsideração, procure a pegadinha no limite da decisão; p.16 prova oral: explique alienação fiduciária em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

A prisão preventiva decretada apenas com referência à gravidade abstrata do crime é:

- A. válida em qualquer crime hediondo.
- B. inválida por falta de fundamentação concreta e contemporânea.
- C. obrigatória após prisão em flagrante.
- D. dispensada de motivação quando houver confissão.
- E. substituível por sentença condenatória futura sem prejuízo.

### Gabarito comentado

B. Preventiva exige fundamentos concretos dos arts. 312 e 315 do CPP.

### Box IRT

Conceito	Reconhece o instituto central de Penal e Processo Penal
Exceção	Não aplica regra de modo automático
Precedente	Sabe quando a jurisprudência muda a consequência
Decisão	Transforma fundamento em providência judicial

### Caderno de aprofundamento

No bloco 04 de Penal e Processo Penal, a peça dissertativa nasce deste problema concreto: Caso de tráfico e associação traz busca domiciliar noturna, confissão informal, celular apreendido sem documentação da cadeia de custódia e conversão automática de flagrante em preventiva. Em Garantias penais, cadeia de custódia e prisão cautelar, a narrativa precisa virar comando jurisdicional: decisão adotada, fundamento determinante, limite da atuação judicial e consequência compatível com o pedido. A tese operacional é: A resposta ideal separa justa causa, prova

p.17 tese: converta ponderação em comando judicial verificável; p.17 fonte: conecte integridade ao fato decisivo do enunciado; p.17 consequência: escolha fundamentação controlável sem resposta abstrata; p.17 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.17 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.17 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.17 banca: se ponderação aparecer com fundamentação controlável, procure a pegadinha no limite da decisão; p.17 prova oral: explique integridade em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

O espelho de correção de Garantias penais, cadeia de custódia e prisão cautelar deve reservar espaço para a objeção forte. Aqui, a objeção aparece nas exceções: Crime permanente não autoriza ingresso domiciliar por intuição; nulidade probatória exige análise de relevância e prejuízo; preventiva não é antecipação de pena; e gravidade abstrata do delito não basta. Para o bloco 04, antecipe a tensão sem transformar exceção em regra. O avaliador quer prudência decisória, não coragem retórica sem consequência.

A primeira fonte de prova neste bloco é CPP arts. 158-A a 158-F: Cadeia de custódia. A segunda camada é CPP arts. 312 e 315: Fundamentação da prisão preventiva. Em dissertação de Penal e Processo Penal, cite essas fontes como razões de decidir e conecte cada uma ao fato do enunciado que ativa sua aplicação.

A jurisprudência complementar de Garantias penais, cadeia de custódia e prisão cautelar aparece em STF Tema 280, STJ HC 598.051 e CPP art. 155. Para o bloco 04, use essas referências para diferenciar regra geral, técnica processual e limite institucional. Se houver atrito entre elas em Penal e Processo Penal, distinga suporte fático, hierarquia, efeito vinculante e momento de aplicação no caso narrado.

A pegadinha central do bloco 04 é esta: Candidato de OAB tende a dizer 'tráfico é permanente'. Magistratura exige perguntar: havia elementos prévios? A decisão de prisão explicou risco real? A prova preservou rastreabilidade? Transforme a pegadinha de Garantias penais, cadeia de custódia e prisão cautelar em decisão: identifique o erro provável, formule a pergunta judicial correta e escolha a consequência própria de Penal e Processo Penal, como controle de validade, reparação, competência, tutela, improcedência ou preservação motivada.

Na questão objetiva, a alternativa correta decorre desta razão: B. Preventiva exige fundamentos concretos dos arts. 312 e 315 do CPP. As demais opções servem para mapear camadas de erro no bloco 04. Em Garantias penais, cadeia de custódia e prisão cautelar, o distrator mais perigoso costuma preservar uma palavra verdadeira e deslocar a

consequência. A trilha adaptativa inteligente usa essa diferença para saber se o candidato errou conceito, exceção ou aplicação.

Treino ativo de Penal e Processo Penal no bloco 04: produza uma ementa própria para Garantias penais, cadeia de custódia e prisão cautelar. A ementa deve mencionar o fato que aciona o instituto, a tese adotada, a fonte de maior peso em CPP arts. 158-A a 158-F e o comando judicial final. Depois redija resposta discursiva preservando a exceção mais provável para este tema.

Recorte de sentença do bloco 04: imagine Garantias penais, cadeia de custódia e prisão cautelar concluso para julgamento. O relatório de Penal e Processo Penal deve selecionar apenas fatos com relevância jurídica: Caso de tráfico e associação traz busca domiciliar noturna, confissão informal, celular apreendido sem documentação da cadeia de custódia e conversão automática de flagrante em preventiva. Na fundamentação deste tema, evite reconstruir toda a teoria do instituto. Use a teoria apenas na medida necessária para justificar a consequência.

Recurso provável no bloco 04: depois da sentença sobre Garantias penais, cadeia de custódia e prisão cautelar, a parte vencida atacaria o ponto frágil da fundamentação. Se o fundamento ignorou CPP arts. 158-A a 158-F, alegaria violação da fonte principal; se ignorou CPP arts. 312 e 315, sustentaria distinção mal feita; se não enfrentou STF Tema 280, apontaria omissão relevante.

## **Bloco 05 — Responsabilidade do Estado, servidores e improbidade**

p.19 tese: converta boa-fé objetiva em comando judicial verificável; p.19 fonte: conecte cláusula penal ao fato decisivo do enunciado; p.19 consequência: escolha regime de bens sem resposta abstrata; p.19 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.19 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.19 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.19 banca: se boa-fé objetiva aparecer com regime de bens, procure a pegadinha no limite da decisão; p.19 prova oral: explique cláusula penal em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

### **Esquema de resposta ideal**

Responsabilidade civil do Estado é objetiva em regra para danos causados por agentes nessa qualidade, com direito de regresso se houver dolo ou culpa. Em omissão, a banca costuma exigir análise do dever específico de agir. Servidor responde em esferas independentes, mas a improbidade exige elemento subjetivo e tipicidade após a reforma da Lei 14.230/2021.

### Exceções e limites

Caso fortuito externo pode romper nexo; omissão genérica não gera responsabilidade automática; absolvição penal por inexistência do fato repercute na esfera administrativa; e improbidade culposa deixou de ser regra após a reforma.

### Tabela de jurisprudência

CF art. 37 §6º	Responsabilidade objetiva do Estado e regresso
STF Tema 940	Ação contra Estado e agente público causador do dano
Lei 8.429/1992	Improbidade administrativa após reforma
Lei 9.784/1999	Processo administrativo federal
STJ Súmula 611	Termo inicial prescricional em ressarcimento ao erário em tomada de contas

### Pegadinha de magistratura

Resposta rasa confunde responsabilidade objetiva do Estado com responsabilidade objetiva do servidor. Magistratura cobra nexo, qualidade de agente, ação regressiva e elemento subjetivo da improbidade.

### Questão objetiva estilo TJ

Em dano causado por servidor público a terceiro no exercício da função, a ação indenizatória deve observar que:

p.20 tese: converta cadeia de custódia em comando judicial verificável; p.20 fonte: conecte preventiva concreta ao fato decisivo do enunciado; p.20 consequência: escolha busca domiciliar sem resposta abstrata; p.20 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.20 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.20 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.20 banca: se cadeia de custódia aparecer com busca domiciliar, procure a pegadinha no limite da decisão; p.20 prova oral: explique preventiva concreta em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

C. não ha responsabilidade estatal por atos medicos.

D. só há indenização se houver improbidade administrativa.

E. culpa exclusiva da vítima nunca rompe nexos causal.

### Gabarito comentado

B. O art. 37 §6º estrutura responsabilidade objetiva estatal e regresso subjetivo contra o agente.

### Box IRT

Conceito	Reconhece o instituto central de Administrativo
Exceção	Não aplica regra de modo automático
Precedente	Sabe quando a jurisprudência muda a consequência
Decisão	Transforma fundamento em providência judicial

### Caderno de aprofundamento

No bloco 05 de Administrativo, a peça dissertativa nasce deste problema concreto: A questão combina erro médico em hospital público, ação regressiva, servidor temporário, processo administrativo disciplinar e alegação de improbidade por atraso de obra. Em Responsabilidade do Estado, servidores e improbidade, a narrativa precisa virar comando jurisdicional: decisão adotada, fundamento determinante, limite da atuação judicial e consequência compatível com o pedido. A tese operacional é: Responsabilidade civil do Estado é objetiva em regra para danos causados por agentes nessa qualidade, com direito de regresso se houver dolo ou culpa. Em omissão, a banca costuma exigir análise do dever específico de agir. Servidor responde em esferas independentes, mas a improbidade exige elemento subjetivo e tipicidade após a reforma da Lei 14.230/2021.

O espelho de correção de Responsabilidade do Estado, servidores e improbidade deve reservar espaço para a objeção forte. Aqui, a objeção aparece nas exceções: Caso fortuito externo pode romper nexos; omissão genérica não gera responsabilidade automática; absolvição penal por inexistência do fato repercute na esfera administrativa; e improbidade culposa deixou de ser regra após a reforma. Para o bloco 05, antecipe a

tensão sem transformar exceção em regra. O avaliador quer prudência decisória, não coragem retórica sem consequência.

A primeira fonte de prova neste bloco é CF art. 37 §6º: Responsabilidade objetiva do Estado e regresso. A segunda camada é STF Tema 940: Ação contra Estado e agente público causador do dano. Em dissertação de Administrativo, cite essas fontes como razões de decidir e conecte cada uma ao fato do enunciado que ativa sua aplicação.

A jurisprudência complementar de Responsabilidade do Estado, servidores e improbidade aparece em Lei 8.429/1992, Lei 9.784/1999 e STJ Súmula 611. Para o bloco 05, use essas referências para diferenciar regra geral, técnica processual e limite institucional. Se houver atrito entre elas em Administrativo, distinga suporte fático, hierarquia, efeito vinculante e momento de aplicação no caso narrado.

A pegadinha central do bloco 05 é esta: Resposta rasa confunde responsabilidade objetiva do Estado com responsabilidade objetiva do servidor. Magistratura cobra nexos, qualidade de agente, ação regressiva e elemento subjetivo da improbidade. Transforme a pegadinha de Responsabilidade do Estado, servidores e improbidade em decisão: identifique o erro provável, formule a pergunta judicial correta e escolha a consequência própria de Administrativo, como controle de validade, reparação, competência, tutela, improcedência ou preservação motivada.

Na questão objetiva, a alternativa correta decorre desta razão: B. O art. 37 §6º estrutura responsabilidade objetiva estatal e regresso subjetivo contra o agente. As demais opções servem para mapear camadas de erro no bloco 05. Em Responsabilidade do Estado, servidores e improbidade, o distrator mais perigoso costuma preservar uma palavra verdadeira e deslocar a consequência. A trilha adaptativa inteligente usa essa diferença para saber se o candidato errou conceito, exceção ou aplicação.

Treino ativo de Administrativo no bloco 05: produza uma ementa própria para Responsabilidade do Estado, servidores e improbidade. A ementa deve mencionar o fato que aciona o instituto, a tese adotada, a fonte de

maior peso em CF art. 37 §6º e o comando judicial final. Depois redija resposta discursiva preservando a exceção mais provável para este tema.

Recorte de sentença do bloco 05: imagine Responsabilidade do Estado, servidores e improbidade concluso para julgamento. O relatório de Administrativo deve selecionar apenas fatos com relevância jurídica: A questão combina erro médico em hospital público, ação regressiva, servidor temporário, processo administrativo disciplinar e alegação de improbidade por atraso de obra. Na fundamentação deste tema, evite reconstruir toda a teoria do instituto. Use a teoria apenas na medida necessária para justificar a consequência.

Recurso provável no bloco 05: depois da sentença sobre Responsabilidade do Estado, servidores e improbidade, a parte vencida atacaria o ponto frágil da fundamentação. Se o fundamento ignorou CF art. 37 §6º, alegaria violação da fonte principal; se ignorou STF Tema 940, sustentaria distinção mal feita; se não enfrentou Lei 8.429/1992, apontaria omissão relevante.

## **Bloco 06 — Competência, imunidades, anterioridade e execução fiscal**

### **Área: Tributário**

#### **Questão dissertativa de referência**

Município institui taxa com base de cálculo idêntica ao IPTU, cobra no mesmo exercício, nega imunidade a entidade educacional e ajuíza execução fiscal com CDA genérica.

#### **Esquema de resposta ideal**

p.23 tese: converta ponderação em comando judicial verificável; p.23 fonte: conecte integridade ao fato decisivo do enunciado; p.23 consequência: escolha fundamentação controlável sem resposta abstrata; p.23 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.23 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.23 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.23 banca: se ponderação aparecer com fundamentação controlável, procure a pegadinha no limite da decisão; p.23 prova oral: explique integridade em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

#### **Exceções e limites**

Imunidade não dispensa cumprimento de requisitos legais para entidades; anterioridade comporta exceções constitucionais; taxa pode usar elementos da base de imposto desde que não haja identidade integral; e vícios formais da CDA podem ser sanados antes da sentença quando não houver prejuízo.

### Tabela de jurisprudência

CF arts. 145, 150 e 156	Espécies, anterioridade, imunidades e competência municipal
CTN arts. 77, 78 e 79	Taxas e poder de polícia
STF Súmula Vinculante 29	Taxa e base de cálculo de imposto
Lei 6.830/1980	Execução fiscal e CDA
CTN art. 202	Requisitos da dívida ativa

### Pegadinha de magistratura

Resposta de OAB identifica a taxa inconstitucional. Magistratura precisa explicar competência, base, anterioridade, imunidade e regularidade do título executivo.

### Questão objetiva estilo TJ

Taxa municipal com base de cálculo integralmente idêntica ao IPTU tende a ser:

- A. válida porque todo tributo municipal pode usar valor venal.
- B. inválida quando houver identidade integral com base própria de imposto.
- C. válida se o contribuinte receber qualquer serviço público geral.
- D. imune à anterioridade.

p.24 tese: converta convencionalidade em comando judicial verificável; p.24 fonte: conecte custódia ao fato decisivo do enunciado; p.24 consequência: escolha vulnerabilidade sem resposta abstrata; p.24 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.24 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.24 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.24 banca: se convencionalidade aparecer com vulnerabilidade, procure a pegadinha no limite da decisão; p.24 prova oral: explique custódia em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

Conceito	Reconhece o instituto central de Tributário
Exceção	Não aplica regra de modo automático
Precedente	Sabe quando a jurisprudência muda a consequência
Decisão	Transforma fundamento em providência judicial

### Caderno de aprofundamento

No bloco 06 de Tributário, a peça dissertativa nasce deste problema concreto: Município institui taxa com base de cálculo idêntica ao IPTU, cobra no mesmo exercício, nega imunidade a entidade educacional e ajuíza execução fiscal com CDA genérica. Em Competência, imunidades, anterioridade e execução fiscal, a narrativa precisa virar comando jurisdicional: decisão adotada, fundamento determinante, limite da atuação judicial e consequência compatível com o pedido. A tese operacional é: A solução exige separar espécie tributária, competência, limitações ao poder de tributar e exigibilidade. Taxa exige base ligada ao custo ou à atividade estatal divisível; imposto não pode ser travestido de taxa; imunidade constitucional limita competência; e execução fiscal depende de CDA com requisitos legais.

O espelho de correção de Competência, imunidades, anterioridade e execução fiscal deve reservar espaço para a objeção forte. Aqui, a objeção aparece nas exceções: Imunidade não dispensa cumprimento de requisitos legais para entidades; anterioridade comporta exceções constitucionais; taxa pode usar elementos da base de imposto desde que não haja identidade integral; e vícios formais da CDA podem ser sanados antes da sentença quando não houver prejuízo. Para o bloco 06, antecipe a tensão sem transformar exceção em regra. O avaliador quer prudência decisória, não coragem retórica sem consequência.

A primeira fonte de prova neste bloco é CF arts. 145, 150 e 156: Espécies, anterioridade, imunidades e competência municipal. A segunda camada é CTN arts. 77, 78 e 79: Taxas e poder de polícia. Em dissertação de Tributário, cite essas fontes como razões de decidir e conecte cada uma ao fato do enunciado que ativa sua aplicação.

A jurisprudência complementar de Competência, imunidades, anterioridade e execução fiscal aparece em STF Súmula Vinculante 29, Lei 6.830/1980 e CTN art. 202. Para o bloco 06, use essas referências para diferenciar regra geral, técnica processual e limite institucional. Se houver atrito entre elas em Tributário, distinga suporte fático, hierarquia, efeito vinculante e momento de aplicação no caso narrado.

A pegadinha central do bloco 06 é esta: Resposta de OAB identifica a taxa inconstitucional. Magistratura precisa explicar competência, base, anterioridade, imunidade e regularidade do título executivo. Transforme a pegadinha de Competência, imunidades, anterioridade e execução fiscal em decisão: identifique o erro provável, formule a pergunta judicial correta e escolha a consequência própria de Tributário, como controle de validade, reparação, competência, tutela, improcedência ou preservação motivada.

Na questão objetiva, a alternativa correta decorre desta razão: B. A SV 29 admite elementos, mas veda identidade integral com base de imposto. As demais opções servem para mapear camadas de erro no bloco 06. Em Competência, imunidades, anterioridade e execução fiscal, o distrator mais perigoso costuma preservar uma palavra verdadeira e deslocar a consequência. A trilha adaptativa inteligente usa essa diferença para saber se o candidato errou conceito, exceção ou aplicação.

Treino ativo de Tributário no bloco 06: produza uma ementa própria para Competência, imunidades, anterioridade e execução fiscal. A ementa deve mencionar o fato que aciona o instituto, a tese adotada, a fonte de maior peso em CF arts. 145, 150 e 156 e o comando judicial final. Depois redija resposta discursiva preservando a exceção mais provável para este tema.

Recorte de sentença do bloco 06: imagine Competência, imunidades, anterioridade e execução fiscal concluso para julgamento. O relatório de Tributário deve selecionar apenas fatos com relevância jurídica: Município institui taxa com base de cálculo idêntica ao IPTU, cobra no mesmo exercício, nega imunidade a entidade educacional e ajuíza execução fiscal com CDA genérica. Na fundamentação deste tema, evite reconstruir toda

a teoria do instituto. Use a teoria apenas na medida necessária para justificar a consequência.

Recurso provável no bloco 06: depois da sentença sobre Competência, imunidades, anterioridade e execução fiscal, a parte vencida atacaria o ponto frágil da fundamentação. Se o fundamento ignorou CF arts. 145, 150 e 156, alegaria violação da fonte principal; se ignorou CTN arts. 77, 78 e 79, sustentaria distinção mal feita; se não enfrentou STF Súmula Vinculante 29, apontaria omissão relevante.

## **Bloco 07 — Terceirização, vínculo, dano moral coletivo e competência**

### **Área: Trabalhista**

#### **Questão dissertativa de referência**

Empresa pública terceiriza atividade essencial, trabalhadores pedem vínculo direto, sindicato ajuíza ação civil pública e há discussão sobre competência material da Justiça do Trabalho.

#### **Esquema de resposta ideal**

A resposta atual deve reconhecer licitude da terceirização inclusive em atividade-fim, sem afastar responsabilidade da tomadora quando cabível. Em Administração Pública, vínculo direto depende de concurso. A ação coletiva trabalhista exige legitimidade, dano transindividual e adequação da tutela.

#### **Exceções e limites**

Terceirização lícita não autoriza fraude; subordinação direta pode revelar relação diversa; ente público tem regime próprio de responsabilidade

p.27 tese: converta anterioridade em comando judicial verificável; p.27 fonte: conecte imunidade ao fato decisivo do enunciado; p.27 consequência: escolha CDA sem resposta abstrata; p.27 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.27 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.27 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.27 banca: se anterioridade aparecer com CDA, procure a pegadinha no limite da decisão; p.27 prova oral: explique imunidade em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

STF RE 958.252 Tema 725	Terceirização em atividade-fim
STF ADC 16	Responsabilidade da Administração e fiscalização
TST Súmula 331	Parâmetros trabalhistas ainda cobrados com leitura constitucional
CF art. 114	Competência da Justiça do Trabalho

### Pegadinha de magistratura

Candidato de OAB pode repetir a Súmula 331 como se nada tivesse mudado. Magistratura exige harmonizar TST, STF, concurso público e prova de fraude.

### Questão objetiva estilo TJ

Após ADPF 324 e Tema 725, a terceirização de atividade-fim:

- A. é sempre ilícita.
- B. é lícita em tese, sem impedir reconhecimento de fraude no caso concreto.
- C. gera vínculo automático com tomadora pública.
- D. elimina qualquer responsabilidade da tomadora.
- E. só vale para contratos anteriores à reforma trabalhista.

### Gabarito comentado

B. A tese admite terceirização, mas não blindagem contra fraude, subordinação direta ou responsabilidade aplicável.

### Box IRT

p.28 tese: converta recuperação judicial em comando judicial verificável; p.28 fonte: conecte alienação fiduciária ao fato decisivo do enunciado; p.28 consequência: escolha desconsideração sem resposta abstrata; p.28 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.28 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.28 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.28 banca: se recuperação judicial aparecer com desconsideração, procure a pegadinha no limite da decisão; p.28 prova oral: explique alienação fiduciária em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

No bloco 07 de Trabalhista, a peça dissertativa nasce deste problema concreto: Empresa pública terceiriza atividade essencial, trabalhadores pedem vínculo direto, sindicato ajuíza ação civil pública e há discussão sobre competência material da Justiça do Trabalho. Em Terceirização, vínculo, dano moral coletivo e competência, a narrativa precisa virar comando jurisdicional: decisão adotada, fundamento determinante, limite da atuação judicial e consequência compatível com o pedido. A tese operacional é: A resposta atual deve reconhecer licitude da terceirização inclusive em atividade-fim, sem afastar responsabilidade da tomadora quando cabível. Em Administração Pública, vínculo direto depende de concurso. A ação coletiva trabalhista exige legitimidade, dano transindividual e adequação da tutela.

O espelho de correção de Terceirização, vínculo, dano moral coletivo e competência deve reservar espaço para a objeção forte. Aqui, a objeção aparece nas exceções: Terceirização lícita não autoriza fraude; subordinação direta pode revelar relação diversa; ente público tem regime próprio de responsabilidade subsidiária conforme culpa na fiscalização; e competência depende da relação jurídica predominante. Para o bloco 07, antecipe a tensão sem transformar exceção em regra. O avaliador quer prudência decisória, não coragem retórica sem consequência.

A primeira fonte de prova neste bloco é STF ADPF 324: Licitude da terceirização. A segunda camada é STF RE 958.252 Tema 725: Terceirização em atividade-fim. Em dissertação de Trabalhista, cite essas fontes como razões de decidir e conecte cada uma ao fato do enunciado que ativa sua aplicação.

A jurisprudência complementar de Terceirização, vínculo, dano moral coletivo e competência aparece em STF ADC 16, TST Súmula 331 e CF art. 114. Para o bloco 07, use essas referências para diferenciar regra geral, técnica processual e limite institucional. Se houver atrito entre elas em Trabalhista, distinga suporte fático, hierarquia, efeito vinculante e momento de aplicação no caso narrado.

A pegadinha central do bloco 07 é esta: Candidato de OAB pode repetir a Súmula 331 como se nada tivesse mudado. Magistratura exige harmonizar TST, STF, concurso público e prova de fraude. Transforme a pegadinha de Terceirização, vínculo, dano moral coletivo e competência em decisão: identifique o erro provável, formule a pergunta judicial correta e escolha a consequência própria de Trabalhista, como controle de validade, reparação, competência, tutela, improcedência ou preservação motivada.

Na questão objetiva, a alternativa correta decorre desta razão: B. A tese admite terceirização, mas não blindagem contra fraude, subordinação direta ou responsabilidade aplicável. As demais opções servem para mapear camadas de erro no bloco 07. Em Terceirização, vínculo, dano moral coletivo e competência, o distrator mais perigoso costuma preservar uma palavra verdadeira e deslocar a consequência. A trilha adaptativa inteligente usa essa diferença para saber se o candidato errou conceito, exceção ou aplicação.

Treino ativo de Trabalhista no bloco 07: produza uma ementa própria para Terceirização, vínculo, dano moral coletivo e competência. A ementa deve mencionar o fato que aciona o instituto, a tese adotada, a fonte de maior peso em STF ADPF 324 e o comando judicial final. Depois redija resposta discursiva preservando a exceção mais provável para este tema.

Recorte de sentença do bloco 07: imagine Terceirização, vínculo, dano moral coletivo e competência concluso para julgamento. O relatório de Trabalhista deve selecionar apenas fatos com relevância jurídica: Empresa pública terceiriza atividade essencial, trabalhadores pedem vínculo direto, sindicato ajuíza ação civil pública e há discussão sobre competência material da Justiça do Trabalho. Na fundamentação deste tema, evite reconstruir toda a teoria do instituto. Use a teoria apenas na medida necessária para justificar a consequência.

Recurso provável no bloco 07: depois da sentença sobre Terceirização, vínculo, dano moral coletivo e competência, a parte vencida atacaria o ponto frágil da fundamentação. Se o fundamento ignorou STF ADPF 324,

alegaria violação da fonte principal; se ignorou STF RE 958.252 Tema 725, sustentaria distinção mal feita; se não enfrentou STF ADC 16, apontaria omissão relevante.

## Bloco 08 — Recuperação judicial, desconsideração e títulos de crédito

### Área: Empresarial

#### Questão dissertativa de referência

Sociedade empresária em crise pede recuperação judicial, credor fiduciário busca prosseguimento da execução, sócio mistura patrimônio pessoal e há duplicata sem aceite, mas com comprovante de entrega.

#### Esquema de resposta ideal

A resposta ideal articula preservação da empresa com proteção ao crédito. Recuperação judicial reorganiza passivo sujeito ao plano, mas há créditos extraconcursais ou sujeitos a regime próprio. Desconsideração exige abuso, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. Título de crédito exige literalidade e requisitos de exigibilidade.

#### Exceções e limites

Credor fiduciário tem tratamento específico; stay period não é moratória absoluta; sócio não responde por mero insucesso empresarial; duplicata pode ser executada com prova de entrega e protesto quando ausente aceite.

#### Tabela de jurisprudência

Lei 11.101/2005	Recuperação judicial e falência
-----------------	---------------------------------

p.31 tese: converta boa-fé objetiva em comando judicial verificável; p.31 fonte: conecte cláusula penal ao fato decisivo do enunciado; p.31 consequência: escolha regime de bens sem resposta abstrata; p.31 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.31 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.31 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.31 banca: se boa-fé objetiva aparecer com regime de bens, procure a pegadinha no limite da decisão; p.31 prova oral: explique cláusula penal em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

Resposta rasa diz que recuperação suspende tudo. Magistratura pergunta: qual crédito, qual garantia, qual ato construtivo e qual impacto sobre preservação da empresa?

### Questão objetiva estilo TJ

A desconsideração da personalidade jurídica, em regra, exige:

- A. mero inadimplemento da sociedade.
- B. abuso caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- C. existência de qualquer dívida trabalhista.
- D. recuperação judicial em curso.
- E. simples participação majoritária do sócio.

### Gabarito comentado

B. O CC art. 50 exige abuso, não mero insucesso econômico.

### Box IRT

Conceito	Reconhece o instituto central de Empresarial
Exceção	Não aplica regra de modo automático
Precedente	Sabe quando a jurisprudência muda a consequência
Decisão	Transforma fundamento em providência judicial

### Caderno de aprofundamento

No bloco 08 de Empresarial, a peça dissertativa nasce deste problema concreto: Sociedade empresária em crise pede recuperação judicial, credor fiduciário busca prosseguimento da execução, sócio mistura patrimônio pessoal e há duplicata sem aceite, mas com comprovante de entrega. Em Recuperação judicial, desconsideração e títulos de crédito, a

p.32 tese: converta cadeia de custódia em comando judicial verificável; p.32 fonte: conecte preventiva concreta ao fato decisivo do enunciado; p.32 consequência: escolha busca domiciliar sem resposta abstrata; p.32 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.32 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.32 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.32 banca: se cadeia de custódia aparecer com busca domiciliar, procure a pegadinha no limite da decisão; p.32 prova oral: explique preventiva concreta em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

sujeitos a regime próprio. Desconsideração exige abuso, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. Título de crédito exige literalidade e requisitos de exigibilidade.

O espelho de correção de Recuperação judicial, desconsideração e títulos de crédito deve reservar espaço para a objeção forte. Aqui, a objeção aparece nas exceções: Credor fiduciário tem tratamento específico; stay period não é moratória absoluta; sócio não responde por mero insucesso empresarial; duplicata pode ser executada com prova de entrega e protesto quando ausente aceite. Para o bloco 08, antecipe a tensão sem transformar exceção em regra. O avaliador quer prudência decisória, não coragem retórica sem consequência.

A primeira fonte de prova neste bloco é Lei 11.101/2005: Recuperação judicial e falência. A segunda camada é CC art. 50: Desconsideração da personalidade jurídica. Em dissertação de Empresarial, cite essas fontes como razões de decidir e conecte cada uma ao fato do enunciado que ativa sua aplicação.

A jurisprudência complementar de Recuperação judicial, desconsideração e títulos de crédito aparece em Lei 5.474/1968, STJ Tema 987 e CPC arts. 133 a 137. Para o bloco 08, use essas referências para diferenciar regra geral, técnica processual e limite institucional. Se houver atrito entre elas em Empresarial, distinga suporte fático, hierarquia, efeito vinculante e momento de aplicação no caso narrado.

A pegadinha central do bloco 08 é esta: Resposta rasa diz que recuperação suspende tudo. Magistratura pergunta: qual crédito, qual garantia, qual ato constitutivo e qual impacto sobre preservação da empresa? Transforme a pegadinha de Recuperação judicial, desconsideração e títulos de crédito em decisão: identifique o erro provável, formule a pergunta judicial correta e escolha a consequência própria de Empresarial, como controle de validade, reparação, competência, tutela, improcedência ou preservação motivada.

Na questão objetiva, a alternativa correta decorre desta razão: B. O CC art. 50 exige abuso, não mero insucesso econômico. As demais opções servem para mapear camadas de erro no bloco 08. Em Recuperação judicial, desconsideração e títulos de crédito, o distrator mais perigoso costuma preservar uma palavra verdadeira e deslocar a consequência. A trilha adaptativa inteligente usa essa diferença para saber se o candidato errou conceito, exceção ou aplicação.

Treino ativo de Empresarial no bloco 08: produza uma ementa própria para Recuperação judicial, desconsideração e títulos de crédito. A ementa deve mencionar o fato que aciona o instituto, a tese adotada, a fonte de maior peso em Lei 11.101/2005 e o comando judicial final. Depois redija resposta discursiva preservando a exceção mais provável para este tema.

Recorte de sentença do bloco 08: imagine Recuperação judicial, desconsideração e títulos de crédito concluso para julgamento. O relatório de Empresarial deve selecionar apenas fatos com relevância jurídica: Sociedade empresária em crise pede recuperação judicial, credor fiduciário busca prosseguimento da execução, sócio mistura patrimônio pessoal e há duplicata sem aceite, mas com comprovante de entrega. Na fundamentação deste tema, evite reconstruir toda a teoria do instituto. Use a teoria apenas na medida necessária para justificar a consequência.

Recurso provável no bloco 08: depois da sentença sobre Recuperação judicial, desconsideração e títulos de crédito, a parte vencida atacaria o ponto frágil da fundamentação. Se o fundamento ignorou Lei 11.101/2005, alegaria violação da fonte principal; se ignorou CC art. 50, sustentaria distinção mal feita; se não enfrentou Lei 5.474/1968, apontaria omissão relevante.

## **Bloco 09 — Jurisdição brasileira, homologação e lei aplicável**

**Área: Internacional Privado**

**Questão dissertativa de referência**

Contrato internacional prevê foro estrangeiro, uma parte ajuíza ação no Brasil, há sentença arbitral estrangeira e discussão sobre sucessão de bem localizado no território nacional.

### Esquema de resposta ideal

A solução exige separar jurisdição internacional, competência concorrente ou exclusiva, eleição de foro, homologação de decisão estrangeira e lei aplicável. Bem imóvel situado no Brasil atrai competência exclusiva; sentença estrangeira precisa homologação para produzir efeitos; e arbitragem tem regime próprio.

### Exceções e limites

Eleição de foro estrangeiro não afasta competência exclusiva brasileira; cláusula de foro pode ser controlada por hipossuficiência ou abusividade; homologação não reexamina mérito; e ordem pública funciona como limite.

### Tabela de jurisprudência

CPC arts. 21 a 25	Limites da jurisdição nacional
LINDB arts. 7º a 12	Lei aplicável a pessoas, bens e obrigações
CF art. 105 I i	Competência do STJ para homologação
Lei 9.307/1996	Arbitragem
Convenção de Nova York	Reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras

### Pegadinha de magistratura

Resposta de OAB fala 'vale o contrato'. Magistratura exige classificar competência exclusiva, concorrente, cláusula de eleição e ordem pública.

### Questão objetiva estilo TJ

Ação relativa a imóvel situado no Brasil, ajuizada por estrangeiros

p.35 tese: converta ponderação em comando judicial verificável; p.35 fonte: conecte integridade ao fato decisivo do enunciado; p.35 consequência: escolha fundamentação controlável sem resposta abstrata; p.35 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.35 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.35 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.35 banca: se ponderação aparecer com fundamentação controlável, procure a pegadinha no limite da decisão; p.35 prova oral: explique integridade em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

C. a homologação prevista do STJ.

D. à lei do domicílio do réu em qualquer caso.

E. à arbitragem obrigatória.

### Gabarito comentado

A. CPC atribui competência exclusiva brasileira para ações relativas a imóveis situados no Brasil.

### Box IRT

Conceito	Reconhece o instituto central de Internacional Privado
Exceção	Não aplica regra de modo automático
Precedente	Sabe quando a jurisprudência muda a consequência
Decisão	Transforma fundamento em providência judicial

### Caderno de aprofundamento

No bloco 09 de Internacional Privado, a peça dissertativa nasce deste problema concreto: Contrato internacional prevê foro estrangeiro, uma parte ajuíza ação no Brasil, há sentença arbitral estrangeira e discussão sobre sucessão de bem localizado no território nacional. Em Jurisdição brasileira, homologação e lei aplicável, a narrativa precisa virar comando jurisdicional: decisão adotada, fundamento determinante, limite da atuação judicial e consequência compatível com o pedido. A tese operacional é: A solução exige separar jurisdição internacional, competência concorrente ou exclusiva, eleição de foro, homologação de decisão estrangeira e lei aplicável. Bem imóvel situado no Brasil atrai competência exclusiva; sentença estrangeira precisa homologação para produzir efeitos; e arbitragem tem regime próprio.

O espelho de correção de Jurisdição brasileira, homologação e lei aplicável deve reservar espaço para a objeção forte. Aqui, a objeção aparece nas exceções: Eleição de foro estrangeiro não afasta competência exclusiva brasileira; cláusula de foro pode ser controlada por hipossuficiência ou abusividade; homologação não reexamina mérito; e ordem pública funciona como limite. Para o bloco 09, antecipe a tensão sem transformar exceção em regra. O avaliador quer prudência decisória,

não coragem retórica sem consequência.

A primeira fonte de prova neste bloco é CPC arts. 21 a 25: Limites da jurisdição nacional. A segunda camada é LINDB arts. 7º a 12: Lei aplicável a pessoas, bens e obrigações. Em dissertação de Internacional Privado, cite essas fontes como razões de decidir e conecte cada uma ao fato do enunciado que ativa sua aplicação.

A jurisprudência complementar de Jurisdição brasileira, homologação e lei aplicável aparece em CF art. 105 I i, Lei 9.307/1996 e Convenção de Nova York. Para o bloco 09, use essas referências para diferenciar regra geral, técnica processual e limite institucional. Se houver atrito entre elas em Internacional Privado, distinga suporte fático, hierarquia, efeito vinculante e momento de aplicação no caso narrado.

A pegadinha central do bloco 09 é esta: Resposta de OAB fala 'vale o contrato'. Magistratura exige classificar competência exclusiva, concorrente, cláusula de eleição e ordem pública. Transforme a pegadinha de Jurisdição brasileira, homologação e lei aplicável em decisão: identifique o erro provável, formule a pergunta judicial correta e escolha a consequência própria de Internacional Privado, como controle de validade, reparação, competência, tutela, improcedência ou preservação motivada.

Na questão objetiva, a alternativa correta decorre desta razão: A. CPC atribui competência exclusiva brasileira para ações relativas a imóveis situados no Brasil. As demais opções servem para mapear camadas de erro no bloco 09. Em Jurisdição brasileira, homologação e lei aplicável, o distrator mais perigoso costuma preservar uma palavra verdadeira e deslocar a consequência. A trilha adaptativa inteligente usa essa diferença para saber se o candidato errou conceito, exceção ou aplicação.

Treino ativo de Internacional Privado no bloco 09: produza uma ementa própria para Jurisdição brasileira, homologação e lei aplicável. A ementa deve mencionar o fato que aciona o instituto, a tese adotada, a fonte de maior peso em CPC arts. 21 a 25 e o comando judicial final. Depois redija resposta discursiva preservando a exceção mais provável para este tema.

Recorte de sentença do bloco 09: imagine Jurisdição brasileira, homologação e lei aplicável concluso para julgamento. O relatório de Internacional Privado deve selecionar apenas fatos com relevância jurídica: Contrato internacional prevê foro estrangeiro, uma parte ajuíza ação no Brasil, há sentença arbitral estrangeira e discussão sobre sucessão de bem localizado no território nacional. Na fundamentação deste tema, evite reconstruir toda a teoria do instituto. Use a teoria apenas na medida necessária para justificar a consequência.

Recurso provável no bloco 09: depois da sentença sobre Jurisdição brasileira, homologação e lei aplicável, a parte vencida atacaria o ponto frágil da fundamentação. Se o fundamento ignorou CPC arts. 21 a 25, alegaria violação da fonte principal; se ignorou LINDB arts. 7º a 12, sustentaria distinção mal feita; se não enfrentou CF art. 105 I i, apontaria omissão relevante.

## Bloco 10 — Princípios, regras, ponderação e integridade decisória

Área: Filosofia e Teoria do Direito

Questão dissertativa de referência

A banca pede que o candidato decida colisão entre liberdade de expressão, honra e proteção de vulneráveis, justificando se aplica subsunção, ponderação ou precedente obrigatório.

Esquema de resposta ideal

A resposta ideal mostra que regras tendem à aplicação por subsunção, enquanto princípios têm dimensão de peso e exigem justificação proporcional. Ponderação não é licença para subjetivismo: precisa

p.38 tese: converta cadeia de custódia em comando judicial verificável; p.38 fonte: conecte preventiva concreta ao fato decisivo do enunciado; p.38 consequência: escolha busca domiciliar sem resposta abstrata; p.38 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.38 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.38 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.38 banca: se cadeia de custódia aparecer com busca domiciliar, procure a pegadinha no limite da decisão; p.38 prova oral: explique preventiva concreta em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

receber o caso, precedente obrigatório reduz espaço decisório, e

fundamentação não pode invocar princípio abstrato sem demonstrar consequência jurídica.

### Tabela de jurisprudência

CF art. 5º IV, V, IX e X	Expressão, resposta, liberdade intelectual e honra
CPC art. 489 §1º	Fundamentação não abstrata
Robert Alexy	Princípios como mandamentos de otimização
Ronald Dworkin	Integridade e resposta correta como ideal regulativo
STF ADPF 130	Liberdade de imprensa e vedação à censura prévia

### Pegadinha de magistratura

Candidato de OAB cita dignidade da pessoa humana e encerra. Magistratura precisa mostrar método, teste de proporcionalidade e ônus de fundamentação.

### Questão objetiva estilo TJ

Decisão judicial que invoca genericamente 'dignidade' sem conectar fatos, norma e consequência:

- A. atende ao CPC por usar princípio constitucional.
- B. pode violar dever de fundamentação adequada.
- C. dispensa análise de precedentes.
- D. é sempre nula apenas se houver recurso especial.
- E. impede controle por tribunais superiores.

### Gabarito comentado

B. Princípio abstrato não substitui fundamentação concreta e controlável.

p.39 tese: converta anterioridade em comando judicial verificável; p.39 fonte: conecte imunidade ao fato decisivo do enunciado; p.39 consequência: escolha CDA sem resposta abstrata; p.39 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.39 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.39 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.39 banca: se anterioridade aparecer com CDA, procure a pegadinha no limite da decisão; p.39 prova oral: explique imunidade em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

Decisao

Transforma fundamento em providencia judicial

## Caderno de aprofundamento

No bloco 10 de Filosofia e Teoria do Direito, a peça dissertativa nasce deste problema concreto: A banca pede que o candidato decida colisão entre liberdade de expressão, honra e proteção de vulneráveis, justificando se aplica subsunção, ponderação ou precedente obrigatório. Em Princípios, regras, ponderação e integridade decisória, a narrativa precisa virar comando jurisdicional: decisão adotada, fundamento determinante, limite da atuação judicial e consequência compatível com o pedido. A tese operacional é: A resposta ideal mostra que regras tendem à aplicação por subsunção, enquanto princípios têm dimensão de peso e exigem justificação proporcional. Ponderação não é licença para subjetivismo: precisa adequação, necessidade, proporcionalidade em sentido estrito, coerência com precedentes e integridade do sistema.

O espelho de correção de Princípios, regras, ponderação e integridade decisória deve reservar espaço para a objeção forte. Aqui, a objeção aparece nas exceções: Nem todo conflito constitucional exige ponderação ampla; regra clara pode resolver o caso; precedente obrigatório reduz espaço decisório; e fundamentação não pode invocar princípio abstrato sem demonstrar consequência jurídica. Para o bloco 10, antecipe a tensão sem transformar exceção em regra. O avaliador quer prudência decisória, não coragem retórica sem consequência.

A primeira fonte de prova neste bloco é CF art. 5º IV, V, IX e X: Expressão, resposta, liberdade intelectual e honra. A segunda camada é CPC art. 489 §1º: Fundamentação não abstrata. Em dissertação de Filosofia e Teoria do Direito, cite essas fontes como razões de decidir e conecte cada uma ao fato do enunciado que ativa sua aplicação.

A jurisprudência complementar de Princípios, regras, ponderação e integridade decisória aparece em Robert Alexy, Ronald Dworkin e STF ADPF 130. Para o bloco 10, use essas referências para diferenciar regra geral, técnica processual e limite institucional. Se houver atrito entre elas em Filosofia e Teoria do Direito, distinga suporte fático, hierarquia, efeito vinculante e momento de aplicação no caso narrado.

A pegadinha central do bloco 10 é esta: Candidato de OAB cita dignidade da pessoa humana e encerra. Magistratura precisa mostrar método, teste de proporcionalidade e ônus de fundamentação. Transforme a pegadinha de Princípios, regras, ponderação e integridade decisória em decisão: identifique o erro provável, formule a pergunta judicial correta e escolha a consequência própria de Filosofia e Teoria do Direito, como controle de validade, reparação, competência, tutela, improcedência ou preservação motivada.

Na questão objetiva, a alternativa correta decorre desta razão: B. Princípio abstrato não substitui fundamentação concreta e controlável. As demais opções servem para mapear camadas de erro no bloco 10. Em Princípios, regras, ponderação e integridade decisória, o distrator mais perigoso costuma preservar uma palavra verdadeira e deslocar a consequência. A trilha adaptativa inteligente usa essa diferença para saber se o candidato errou conceito, exceção ou aplicação.

Treino ativo de Filosofia e Teoria do Direito no bloco 10: produza uma ementa própria para Princípios, regras, ponderação e integridade decisória. A ementa deve mencionar o fato que aciona o instituto, a tese adotada, a fonte de maior peso em CF art. 5º IV, V, IX e X e o comando judicial final. Depois redija resposta discursiva preservando a exceção mais provável para este tema.

Recorte de sentença do bloco 10: imagine Princípios, regras, ponderação e integridade decisória concluso para julgamento. O relatório de Filosofia e Teoria do Direito deve selecionar apenas fatos com relevância jurídica: A banca pede que o candidato decida colisão entre liberdade de expressão, honra e proteção de vulneráveis, justificando se aplica subsunção, ponderação ou precedente obrigatório. Na fundamentação deste tema, evite reconstruir toda a teoria do instituto. Use a teoria apenas na medida necessária para justificar a consequência.

Recurso provável no bloco 10: depois da sentença sobre Princípios, regras, ponderação e integridade decisória, a parte vencida atacaria o ponto frágil da fundamentação. Se o fundamento ignorou CF art. 5º IV, V,

IX e X, alegaria violação da fonte principal; se ignorou CPC art. 489 §1º, sustentaria distinção mal feita; se não enfrentou Robert Alexy, apontaria omissão relevante.

## Bloco 11 — Dever de imparcialidade, produtividade e conduta pública

### Área: Ética da Magistratura

#### Questão dissertativa de referência

Juiz comenta processo em rede social, aceita convite de empresa interessada em litígios repetitivos e atrasa sentenças sob justificativa de acervo. A banca pede enquadramento ético e providências.

#### Esquema de resposta ideal

A resposta deve combinar imparcialidade subjetiva e objetiva, prudência na vida pública, vedação a manifestação sobre processo pendente e dever de eficiência. Magistratura não exige isolamento social, mas exige confiança pública, transparência, motivação e gestão do acervo.

#### Exceções e limites

Crítica acadêmica genérica é diferente de comentário sobre caso concreto; produtividade não autoriza decisão padronizada sem fundamentação; impedimento e suspeição dependem de hipóteses legais; e independência judicial não afasta dever correcional.

#### Tabela de jurisprudência

LOMAN	Deveres funcionais da magistratura
Código de Ética da	Imparcialidade, prudência, transparência e diligência

p.42 tese: converta convencionalidade em comando judicial verificável; p.42 fonte: conecte custódia ao fato decisivo do enunciado; p.42 consequência: escolha vulnerabilidade sem resposta abstrata; p.42 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.42 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.42 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.42 banca: se convencionalidade aparecer com vulnerabilidade, procure a pegadinha no limite da decisão; p.42 prova oral: explique custódia em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

Resposta de OAB discute apenas suspeição. Magistratura cobra confiança institucional: aparência de imparcialidade, prudência comunicacional, gestão de gabinete e motivação.

### Questão objetiva estilo TJ

Sobre manifestação pública de magistrado em redes sociais a respeito de processo pendente, é correto afirmar que:

- A. é sempre livre por força da liberdade de expressão.
- B. deve observar prudência, imparcialidade e restrições éticas da função.
- C. só é vedada se houver vantagem econômica comprovada.
- D. não pode ser examinada pelo CNJ.
- E. autoriza automaticamente nulidade de todos os atos do processo.

### Gabarito comentado

B. A função judicial impõe limites éticos para preservar confiança e imparcialidade.

### Box IRT

Conceito	Reconhece o instituto central de Ética da Magistratura
Exceção	Não aplica regra de modo automático
Precedente	Sabe quando a jurisprudência muda a consequência
Decisão	Transforma fundamento em providência judicial

### Caderno de aprofundamento

No bloco 11 de Ética da Magistratura, a peça dissertativa nasce deste problema concreto: Juiz comenta processo em rede social, aceita convite de empresa interessada em litígios repetitivos e atrasa sentenças sob

p.43 tese: converta boa-fé objetiva em comando judicial verificável; p.43 fonte: conecte cláusula penal ao fato decisivo do enunciado; p.43 consequência: escolha regime de bens sem resposta abstrata; p.43 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.43 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.43 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.43 banca: se boa-fé objetiva aparecer com regime de bens, procure a pegadinha no limite da decisão; p.43 prova oral: explique cláusula penal em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

subjetiva e objetiva, prudência na vida pública, vedação a manifestação sobre processo pendente e dever de eficiência. Magistratura não exige isolamento social, mas exige confiança pública, transparência, motivação e gestão do acervo.

O espelho de correção de Dever de imparcialidade, produtividade e conduta pública deve reservar espaço para a objeção forte. Aqui, a objeção aparece nas exceções: Crítica acadêmica genérica é diferente de comentário sobre caso concreto; produtividade não autoriza decisão padronizada sem fundamentação; impedimento e suspeição dependem de hipóteses legais; e independência judicial não afasta dever correcional. Para o bloco 11, antecipe a tensão sem transformar exceção em regra. O avaliador quer prudência decisória, não coragem retórica sem consequência.

A primeira fonte de prova neste bloco é LOMAN: Deveres funcionais da magistratura. A segunda camada é Código de Ética da Magistratura Nacional: Imparcialidade, prudência, transparência e diligência. Em dissertação de Ética da Magistratura, cite essas fontes como razões de decidir e conecte cada uma ao fato do enunciado que ativa sua aplicação.

A jurisprudência complementar de Dever de imparcialidade, produtividade e conduta pública aparece em CPC arts. 144 e 145, CNJ Resolução 305/2019 e CF art. 93. Para o bloco 11, use essas referências para diferenciar regra geral, técnica processual e limite institucional. Se houver atrito entre elas em Ética da Magistratura, distinga suporte fático, hierarquia, efeito vinculante e momento de aplicação no caso narrado.

A pegadinha central do bloco 11 é esta: Resposta de OAB discute apenas suspeição. Magistratura cobra confiança institucional: aparência de imparcialidade, prudência comunicacional, gestão de gabinete e motivação. Transforme a pegadinha de Dever de imparcialidade, produtividade e conduta pública em decisão: identifique o erro provável, formule a pergunta judicial correta e escolha a consequência própria de Ética da Magistratura, como controle de validade, reparação, competência, tutela, improcedência ou preservação motivada.

Na questão objetiva, a alternativa correta decorre desta razão: B. A função judicial impõe limites éticos para preservar confiança e imparcialidade. As demais opções servem para mapear camadas de erro no bloco 11. Em Dever de imparcialidade, produtividade e conduta pública, o distrator mais perigoso costuma preservar uma palavra verdadeira e deslocar a consequência. A trilha adaptativa inteligente usa essa diferença para saber se o candidato errou conceito, exceção ou aplicação.

Treino ativo de Ética da Magistratura no bloco 11: produza uma ementa própria para Dever de imparcialidade, produtividade e conduta pública. A ementa deve mencionar o fato que aciona o instituto, a tese adotada, a fonte de maior peso em LOMAN e o comando judicial final. Depois redija resposta discursiva preservando a exceção mais provável para este tema.

Recorte de sentença do bloco 11: imagine Dever de imparcialidade, produtividade e conduta pública concluso para julgamento. O relatório de Ética da Magistratura deve selecionar apenas fatos com relevância jurídica: Juiz comenta processo em rede social, aceita convite de empresa interessada em litígios repetitivos e atrasa sentenças sob justificativa de acervo. A banca pede enquadramento ético e providências. Na fundamentação deste tema, evite reconstruir toda a teoria do instituto. Use a teoria apenas na medida necessária para justificar a consequência.

Recurso provável no bloco 11: depois da sentença sobre Dever de imparcialidade, produtividade e conduta pública, a parte vencida atacaria o ponto frágil da fundamentação. Se o fundamento ignorou LOMAN, alegaria violação da fonte principal; se ignorou Código de Ética da Magistratura Nacional, sustentaria distinção mal feita; se não enfrentou CPC arts. 144 e 145, apontaria omissão relevante.

## **Bloco 12 — Controle de convencionalidade, audiência de custódia e vulneráveis**

**Área: Direitos Humanos**

**Questão dissertativa de referência**

Pessoa presa em flagrante relata violência policial, não é apresentada prontamente ao juiz, e lei interna restringe direito de grupo vulnerável em desconformidade com tratado de direitos humanos.

### Esquema de resposta ideal

A resposta ideal afirma que juízes nacionais exercem controle de convencionalidade, confrontando normas internas com tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Audiência de custódia concretiza controle judicial imediato da prisão e prevenção de tortura. Vulnerabilidade exige proteção reforçada sem substituir análise do caso concreto.

### Exceções e limites

Tratado sem status constitucional ainda pode ter supralegalidade; controle de convencionalidade não autoriza ignorar procedimento; nulidade depende de consequência processual; e proteção de vulneráveis deve ser proporcional e fundamentada.

### Tabela de jurisprudência

CADH Pacto de San José	Garantias judiciais, liberdade pessoal e proteção judicial
STF RE 466.343	Supralegalidade de tratados de direitos humanos
CNJ Resolução 213/2015	Audiência de custódia
STF ADPF 347	Estado de coisas inconstitucional no sistema prisional
Corte IDH Caso Almonacid Arellano	Controle de convencionalidade como dever estatal

### Pegadinha de magistratura

Resposta de OAB fala genericamente em direitos humanos. Magistratura precisa integrar tratado, hierarquia, dever judicial, prova da violência e providências cautelares.

p.46 tese: converta recuperação judicial em comando judicial verificável; p.46 fonte: conecte alienação fiduciária ao fato decisivo do enunciado; p.46 consequência: escolha desconsideração sem resposta abstrata; p.46 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.46 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.46 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.46 banca: se recuperação judicial aparecer com desconsideração, procure a pegadinha no limite da decisão; p.46 prova oral: explique alienação fiduciária em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

**B. substituir sempre a Constituição pela Convenção Americana.**

- C. depender exclusivamente de ação no STF.
- D. aplicar tratado apenas se repetido por lei ordinária posterior.
- E. afastar contraditório por se tratar de matéria internacional.

### Gabarito comentado

A. O juiz deve considerar tratados de direitos humanos no controle da validade e aplicação das normas internas.

### Box IRT

Conceito	Reconhece o instituto central de Direitos Humanos
Exceção	Não aplica regra de modo automático
Precedente	Sabe quando a jurisprudência muda a consequência
Decisão	Transforma fundamento em providência judicial

### Caderno de aprofundamento

No bloco 12 de Direitos Humanos, a peça dissertativa nasce deste problema concreto: Pessoa presa em flagrante relata violência policial, não é apresentada prontamente ao juiz, e lei interna restringe direito de grupo vulnerável em desconformidade com tratado de direitos humanos. Em Controle de convencionalidade, audiência de custódia e vulneráveis, a narrativa precisa virar comando jurisdicional: decisão adotada, fundamento determinante, limite da atuação judicial e consequência compatível com o pedido. A tese operacional é: A resposta ideal afirma que juízes nacionais exercem controle de convencionalidade, confrontando normas internas com tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Audiência de custódia concretiza controle judicial imediato da prisão e prevenção de tortura. Vulnerabilidade exige proteção reforçada sem substituir análise do caso concreto.

O espelho de correção de Controle de convencionalidade, audiência de custódia e vulneráveis deve reservar espaço para a objeção forte. Aqui, a objeção aparece nas exceções: Tratado sem status constitucional ainda pode ter supralegalidade; controle de convencionalidade não autoriza ignorar procedimento; nulidade depende de consequência processual; e

proteção de vulneráveis deve ser proporcional e fundamentada. Para o bloco 12, antecipe a tensão sem transformar exceção em regra. O avaliador quer prudência decisória, não coragem retórica sem consequência.

A primeira fonte de prova neste bloco é CADH Pacto de San José: Garantias judiciais, liberdade pessoal e proteção judicial. A segunda camada é STF RE 466.343: Supralegalidade de tratados de direitos humanos. Em dissertação de Direitos Humanos, cite essas fontes como razões de decidir e conecte cada uma ao fato do enunciado que ativa sua aplicação.

A jurisprudência complementar de Controle de convencionalidade, audiência de custódia e vulneráveis aparece em CNJ Resolução 213/2015, STF ADPF 347 e Corte IDH Caso Almonacid Arellano. Para o bloco 12, use essas referências para diferenciar regra geral, técnica processual e limite institucional. Se houver atrito entre elas em Direitos Humanos, distinga suporte fático, hierarquia, efeito vinculante e momento de aplicação no caso narrado.

A pegadinha central do bloco 12 é esta: Resposta de OAB fala genericamente em direitos humanos. Magistratura precisa integrar tratado, hierarquia, dever judicial, prova da violência e providências cautelares. Transforme a pegadinha de Controle de convencionalidade, audiência de custódia e vulneráveis em decisão: identifique o erro provável, formule a pergunta judicial correta e escolha a consequência própria de Direitos Humanos, como controle de validade, reparação, competência, tutela, improcedência ou preservação motivada.

Na questão objetiva, a alternativa correta decorre desta razão: A. O juiz deve considerar tratados de direitos humanos no controle da validade e aplicação das normas internas. As demais opções servem para mapear camadas de erro no bloco 12. Em Controle de convencionalidade, audiência de custódia e vulneráveis, o distrator mais perigoso costuma preservar uma palavra verdadeira e deslocar a consequência. A trilha adaptativa inteligente usa essa diferença para saber se o candidato errou

conceito, exceção ou aplicação.

Treino ativo de Direitos Humanos no bloco 12: produza uma ementa própria para Controle de convencionalidade, audiência de custódia e vulneráveis. A ementa deve mencionar o fato que aciona o instituto, a tese adotada, a fonte de maior peso em CADH Pacto de San José e o comando judicial final. Depois redija resposta discursiva preservando a exceção mais provável para este tema.

Recorte de sentença do bloco 12: imagine Controle de convencionalidade, audiência de custódia e vulneráveis concluso para julgamento. O relatório de Direitos Humanos deve selecionar apenas fatos com relevância jurídica: Pessoa presa em flagrante relata violência policial, não é apresentada prontamente ao juiz, e lei interna restringe direito de grupo vulnerável em desconformidade com tratado de direitos humanos. Na fundamentação deste tema, evite reconstruir toda a teoria do instituto. Use a teoria apenas na medida necessária para justificar a consequência.

Recurso provável no bloco 12: depois da sentença sobre Controle de convencionalidade, audiência de custódia e vulneráveis, a parte vencida atacaria o ponto frágil da fundamentação. Se o fundamento ignorou CADH Pacto de San José, alegaria violação da fonte principal; se ignorou STF RE 466.343, sustentaria distinção mal feita; se não enfrentou CNJ Resolução 213/2015, apontaria omissão relevante.

p.49 tese: converta boa-fé objetiva em comando judicial verificável; p.49 fonte: conecte cláusula penal ao fato decisivo do enunciado; p.49 consequência: escolha regime de bens sem resposta abstrata; p.49 IRT: conceito isolado vale menos que exceção aplicada; p.49 revisão: marque se o erro foi fonte, exceção, precedente ou dispositivo; p.49 sentença: escreva uma linha de relatório, uma de fundamento e uma de comando; p.49 banca: se boa-fé objetiva aparecer com regime de bens, procure a pegadinha no limite da decisão; p.49 prova oral: explique cláusula penal em trinta segundos sem citar fórmula vazia.

## Diagnóstico de Ponto Cego

Marque o tipo de falha dominante e use o QR para abrir a trilha adaptativa inteligente com a origem deste produto registrada. O objetivo é separar desconhecimento real de erro de profundidade.

Resposta de OAB	Conceito certo sem consequência decisória	Itens com exigência de exceção e precedente
Jurisprudência solta	Número de tema sem razão de decidir	Itens que pedem aplicação do precedente
Cautelaridade fraca	Gravidade abstrata vira fundamento	Itens com fatos concretos e distratores retóricos
Convencionalidade genérica	Tratado citado sem hierarquia ou providência	Itens de controle por camadas



[https://aprovacon.pro/magistratura?utm\\_source=produto\\_pdf&utm\\_content=guia-high-yield-magistratura-questoes-prova-real-2026](https://aprovacon.pro/magistratura?utm_source=produto_pdf&utm_content=guia-high-yield-magistratura-questoes-prova-real-2026)